

MENSAGEM AOS ACIONISTAS

Em 2009, o IPT investiu em laboratórios e na capacitação de recursos humanos, com investimentos diretos do Governo do Estado e outros obtidos junto a parceiros em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento. As áreas de Metrologia, Corrosão e Proteção, Têxtil, Química, Engenharia Naval, Construção Civil e Sustentável, dentre outras, receberam investimentos em modernização de equipamentos e instalações.

O investimento em recursos humanos pode ser destacado com a contratação de 140 pesquisadores e pessoal de áreas administrativas, aprovados no concurso público realizado em 2008, e também com a participação de 13 pesquisadores no Programa Desenvolvimento e Capacitação no Exterior (PDCE).

No decorrer do ano foram iniciados importantes projetos de Pesquisa e Desenvolvimento e de interesses sociais, tais como: Alternativas tecnológicas para remediação do solo e água subterrânea contaminados com HCH hexaclorociclohexano; Desenvolvimento de processos para a produção de Silício em grau solar e iniciou-se a construção do novo centro de bionanotecnologia.

O total de Projetos Ativos no ano de 2009 soma o valor de R\$ 341.211 mil, enquanto o Portal Interno de Negócios aprovou para negociação com clientes 651 propostas, que somaram R\$ 260.636 mil. As medidas

adotadas ao longo do ano resultaram em Receita Bruta, com prestação de serviços e venda de produtos, o montante de R\$ 74.888 mil.

Como resultados da produção técnica, foram emitidos 36.805 documentos técnicos, que compreendem certificados de calibração, certificados de conformidade, certificados de materiais de referência, pareceres técnicos, referências técnicas, relatórios de atendimento tecnológicos, entre outros; e foram acessadas 78.322 normas técnicas. O Instituto depositou 3 (três) patentes de invenção no Brasil e 1 (uma) no exterior, e registrou 4 (quatro) marcas.

Em termos organizacionais, o processo de modernização do Instituto também concluiu a implantação de sistemas de gestão corporativa e promoveu diversas mudanças estruturais, entre elas a criação da Diretoria de Inovação. Essa Diretoria tem a atribuição de acompanhar e propor grandes projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, em benefício à sociedade.

Março de 2010

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	2009		2008		PASSIVO	2009		2008	
CIRCULANTE					CIRCULANTE				
Disponibilidades	1.283	330			Fornecedores	6.503	7.119		
Aplicações Financeiras (Nota 4)	7.114	14.601			Salários a Pagar e Encargos Sociais	3.793	3.395		
Créditos Vinculados (Nota 5)	12.057	9.383			Obrigações Tributárias (Nota 10)	4.305	12.620		
Contas a Receber (Nota 6)	7.285	5.017			Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 11)	-	491		
Adiantamentos a Colaboradores e Terceiros	3.302	1.151			Parcelamento Especial INSS - PAES (Nota 13a)	1.142	1.348		
Impostos a Recuperar (Nota 7)	4.366	4.434			Parcelamento de ISS - PPI	1.733	-		
Projetos em Execução	468	983			Parcelamento de ISS - SDA	667	-		
Estoques	316	404			Parcelamento de IPTU - PPI	181	-		
Outros Créditos	371	312			Adiantamento de Clientes (Nota 12)	16.397	9.339		
Total do Ativo Circulante	36.562	36.615			Provisões de Férias	7.087	6.486		
NÃO CIRCULANTE					Outras Contas a Pagar	509	948		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					Total do Passivo Circulante	42.317	41.746		
Contas a Receber	110	112			NÃO CIRCULANTE				
Depósitos Judiciais	672	2.009			Parcelamento Especial INSS - PAES (Nota 13a)	10.765	11.459		
Outros Créditos	210	233			Parcelamento de ISS - PPI (Nota 13b)	14.728	-		
	992	2.354			Parcelamento de ISS - SDA (Nota 13b)	4.304	-		
PERMANENTE					Parcelamento de IPTU - PPI (Nota 13b)	1.555	-		
Imobilizado (Nota 8)	113.679	98.120			Provisão para IPTU	6.279	5.001		
Intangível (Nota 9)	323	312			Valores a Apropriar - Doação de Bens	172	-		
Total do Ativo Não Circulante	114.994	100.786			Provisão para Contingências (Nota 14)	9.986	20.644		
TOTAL DO ATIVO	151.556	137.401			Total do Passivo Não Circulante	47.789	37.104		
					PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
					Capital Social (Nota 15a)	134.743	134.743		
					Reservas de Capital	44.806	27.766		
					Prejuízos Acumulados	(118.099)	(103.958)		
					Total do Patrimônio Líquido	61.450	58.551		
					TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	151.556	137.401		

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Em milhares de reais - R\$)

	2009	2008
RECEITA BRUTA		
Receita de Serviços e Produtos	74.888	74.798
Subvenção Econômica	45.561	48.080
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	120.449	122.878
Impostos Incidentes sobre Vendas e Serviços Prestados	(10.625)	(10.565)
Devoluções e Abatimentos	(414)	(136)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	109.410	112.177
Custo dos Serviços Prestados e Produtos Vendidos	(84.145)	(80.346)
LUCRO BRUTO	25.265	31.831
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		
Administrativas e Gerais	(16.906)	(14.047)
Honorários Conselho de Administração e Fiscal	(734)	(694)
Serviços de Terceiros	(6.385)	(5.766)
Depreciações e Amortizações	(740)	(664)
Outras Despesas Operacionais, Líquidas	(7.705)	(4.783)
	(32.470)	(25.954)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	(7.205)	5.877
Receitas Financeiras	1.865	1.543
Despesas Financeiras	(2.632)	(1.411)
RESULTADO OPERACIONAL	(7.972)	6.009
Resultado Não Operacional, Líquido	(31)	(102)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IR E DA CS	(8.003)	5.907
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	(1.962)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(8.003)	3.945
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO EM R\$ (Nota 3h)	-0,0006	0,0003

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Em milhares de reais - R\$)

	Capital Social	Reserva de Capital	Prejuízos Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	134.743	8.415	(107.543)	35.615
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	(360)	(360)
Doações para Investimentos	-	968	-	968
Doação para Aumento de Capital	-	18.383	-	18.383
Lucro do Exercício	-	-	3.945	3.945
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	134.743	27.766	(103.958)	58.551
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	(6.138)	(6.138)
Doação para Aumento de Capital	-	17.040	-	17.040
Prejuízo do Exercício	-	-	(8.003)	(8.003)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	134.743	44.806	(118.099)	61.450

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT tem por objetivo atender a demanda de ciência e tecnologia dos setores público e privado, no seu campo de atuação, bem como contribuir para o desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico, cabendo-lhe entre outras atividades: (a) executar projetos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico; (b) dar apoio técnico ao desenvolvimento da engenharia e da indústria; (c) formar e desenvolver equipes de pesquisa, capazes de contribuir para o equacionamento e a solução dos problemas de tecnologia industrial do Estado e do País; (d) colaborar em programas de especialização de técnicos diplomados pela Universidade de São Paulo, e por outras instituições de ensino superior em áreas de interesse da ciência e da tecnologia; (e) celebrar convênios ou contratos com pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, nacionais e estrangeiras; (f) prestar serviços a órgãos e entidades do setor público e privado; (g) explorar, direta ou indiretamente, os resultados das pesquisas realizadas; (h) requerer o registro de patentes; (i) ceder o uso de patentes e de outros direitos; (j) editar e publicar trabalhos técnicos, na forma de boletins, revistas e livros.

Para o desenvolvimento desses objetivos e para manter suas operações, o IPT recebe dotações orçamentárias do Governo do Estado de São Paulo e subvenções governamentais de agências de fomento.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**a) Apuração do Resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

b) Disponibilidades e Aplicações Financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com insignificante risco de mudança no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos.

c) Ativo Circulante e Não Circulante

Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado. A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

Estoques: Os estoques são avaliados com base no custo médio de aquisição ou de produção e não excedem o valor de mercado.

Ativo imobilizado: Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 8 e leva em consideração o tempo de vida útil econômica dos bens com os respectivos valores residuais. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

d) Passivo Circulante e Não Circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridas até a data dos balanços.

e) Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

Atualizadas até as datas dos balanços pelo montante provável das perdas, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados. Para fins de demonstrações estão apresentadas líquidas dos depósitos judiciais correlacionados. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 14.

f) Parcelamento de Contribuições e Tributos Municipais

Atualizado pelas variações monetárias e pelos juros incorridos até as datas dos balanços, conforme previsto contratualmente e demonstrados na nota explicativa nº 13.

g) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda, e 9%, sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real conforme nota explicativa nº 11.

h) Lucro (prejuízo) por Ação

Calculado com base na quantidade de ações existentes nas datas de encerramento dos balanços.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2009	2008
Sistema de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM	470	741
Fundos de Investimento em Renda Fixa	6.644	13.860
	7.114	14.601

Os recursos aplicados no SIAFEM são oriundos de recebimentos de clientes que operam nesse mesmo sistema e são remunerados em aproximadamente 99% da taxa SELIC.

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a cotas de fundo investimento junto a Nossa Caixa com rendimento aproximado de 9% ao ano.

5. CRÉDITOS VINCULADOS

	2009	2008
Contas Correntes Vinculadas	696	3.700
Aplicações Financeiras Vinculadas	11.361	5.683
	12.057	9.383

Referem-se a contas correntes bancárias e aplicações financeiras em fundo de investimentos. Esses recursos são disponibilizados por agências de fomento para financiamento de projetos específicos.

Os rendimentos auferidos no exercício por conta dessas aplicações financeiras no montante de R\$ 354 em 2009 (R\$ 500 em 2008) são incorporados aos recursos disponibilizados pelas agências de fomento, classificados na rubrica "Adiantamentos de Clientes", e permanecem vinculados para a realização dos respectivos projetos, não constituindo, portanto receita financeira do IPT.

6. CONTAS A RECEBER

	2009	2008
Contas a Receber	7.467	5.418
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(182)	(401)
	7.285	5.017

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Em milhares de reais - R\$)

	2009	2008
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
(Prejuízo) Lucro Líquido do Exercício	(8.003)	3.945
Ajustes para Reconciliar o (Prejuízo) Lucro Líquido ao Caixa Gerado (Usado nas) Atividades Operacionais		
Despesas de Exercícios Anteriores	(6.138)	-
Doação para Investimentos	-	967
Depreciações a Amortizações	4.560	3.655
	(9.581)	8.567
Decréscimo (Acréscimo) nas Contas de Ativo		
Créditos Vinculados	(2.674)	(817)
Contas a Receber	(2.268)	1.891
Adiantamentos a Colaboradores e Terceiros	(2.151)	601
Impostos a Recuperar	68	(127)
Projetos em Execução	515	200
Estoques	88	(177)
Outros Créditos	(58)	259
Decréscimo (Acréscimo) nas Contas de Passivo		
Fornecedores	(616)	945
Salários a Pagar e Encargos Sociais	398	(239)
Obrigações Tributárias	(8.315)	350
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	(491)	46
Parcelamento Especial INSS - REFIS	(206)	58
Parcelamento de ISS - PPI	1.733	-
Parcelamento de ISS - SDA	667	-
Parcelamento de IPTU - PPI	181	-
Adiantamentos de Clientes	7.058	(1.450)
Provisões de Férias	601	606
Outras Contas a Pagar	(439)	31
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades Operacionais	(5.909)	2.177
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(15.490)	10.744
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de Bens do Imobilizado	(19.888)	(21.303)
Doações Recebidas em Bens	(248)	(967)
Baixa de Imobilizado	1	56
Decréscimo (Acréscimo) Realizável a Longo Prazo	1.362	(1.468)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimento	(18.773)	(23.682)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Adiantamento para Aumento de Capital	17.216	18.383
Parcelamento Especial INSS - REFIS	(694)	(795)
Parcelamento de ISS - PPI	14.728	-
Parcelamento de ISS - SDA	4.304	-
Parcelamento de IPTU - PPI	1.555	-
Provisão para IPTU	1.278	232
Provisão para Contingências	(10.658)	(1.038)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamento	27.729	16.782
Aumento Líquido no Caixa e Equivalentes de Caixa	(6.534)	3.844
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	14.931	11.087
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	8.397	14.931

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2009	2008
COFINS a Compensar	819	389
PASEP a Compensar	194	92
Contribuição Social a Compensar	1.086	1.157
Imposto de Renda a Compensar	668	1.147
IRRF sobre Aplicações Financeiras	261	110
IRRF a Compensar	1.142	1.139

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008 (Em milhares de reais - R\$)

contribuições e/ou retidos de clientes, efetuados de acordo com a legislação fiscal vigente.

8. IMOBILIZADO

	Taxa Anual de Depreciação	Custo	Depreciação	2009		2008	
				Líquido	Líquido	Líquido	Líquido
Terrenos		37.283	-	37.283	37.283		
Edifícios e Benfeitorias	2%	51.452	22.240	29.212	29.572		
Máqs. e Equipamentos	10%	70.840	44.284	26.556	10.035		
Instalações	10%	7.161	6.202	959	1.100		
Equip. Informática	20%	10.515	8.448	2.067	1.640		
Instrumentais Diversos	10%	964	929	35	28		
Veículos	20%	1.538	1.415	123	95		
Móveis e Utensílios	10%	2.703	2.242	461	232		
Outras imobilizações		437	437	-	-		
Imob. em Andamento		16.983	-	16.983	18.135		
		199.876	86.197	113.679	98.120		

Os bens do imobilizado estão demonstrado ao custo de aquisição e os itens que sofrem depreciação são depreciados pelo método linear com taxas que refletem a vida útil econômica dos bens.

O valor de Imobilizações em Andamento no exercício de 2009 refere-se a máquinas e equipamentos que estão sendo importados como parte do programa de revitalização do IPT, que contou com aporte financeiro de R\$ 17.216 por parte do Governo do Estado de São Paulo para futuro aumento do Capital Social.

9. INTANGÍVEL

É composto por Marcas e Patentes registradas ao custo e somava em 31 de dezembro de 2009 R\$ 323 (R\$ 312 em 2008).

10. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2009	2008
ISS	2.618	11.008
PASEP e COFINS	575	471
IRRF - Terceiros e Funcionários	1.013	1.046
COFINS - Retenção	50	32
PASEP - Retenção	14	13
Outras	35	50
	4.305	12.620

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As despesas de imposto de renda e contribuição social, apropriadas ao resultado do exercício podem ser demonstradas como segue:

	2009	2008
(Prejuízo) Lucro antes do Imp. Renda e da Contribuição Social	(8.003)	5.907
Alíquotas conforme legislação vigente (25% e 9%)	-	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	2.008
Diferenças Temporárias		
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	-	(2.503)
Provisões	-	2.436
Diferenças permanentes		
Outras	-	21
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	1.962

A legislação tributária vigente no Brasil não estabelece prazo para compensação dos prejuízos fiscais auferidos em anos anteriores, porém limita sua utilização em 30% do imposto de renda devido no exercício. Também determina que as provisões temporariamente indedutíveis devam ser adicionadas na apuração do lucro real para o cálculo do

Tributos		Saldo Devido antes do parcelamento		Acréscimos Legais	Saldo Atualizado	Multas e Juros	Verbas sucumbência	Redução Depósito Judicial	Saldo Parcelado
ISS	a)	12.048	24.428	36.477	17.821	1.945	19.766	-	16.711
ISS - Dívida Ativa	b)	2.198	3.079	5.277	-	-	-	-	5.277
IPTU	c)	2.871	4.283	7.154	3.363	393	3.756	(1.616)	1.783
Total na data da adesão		17.118	31.790	48.908	21.184	2.338	23.522		23.770
Atualização									901
Parcelas pagas									(1.504)
Total em 31/12/09									23.167
Curto Prazo									2.581
Longo Prazo									20.587

(a) Refere-se a autos de infração lavrados pela Prefeitura do Município de São Paulo em 27 de dezembro de 2006, decorrentes da ausência de recolhimento do Imposto Sobre Serviço - ISS sobre notas fiscais não emitidas, da ausência de recolhimento em prazo regular e do recolhimento a menor do imposto abrangendo o período de abril de 2000 a abril de 2005.

(b) Refere-se à execução fiscal para cobrança do ISS referente aos exercícios de 1992, 1994 e 1995.

(c) Refere-se à execução fiscal para cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU referente aos exercícios de 1994 a 2004.

imposto de renda e da contribuição social do exercício.

Em 31 de dezembro de 2009, o IPT possui prejuízos fiscais acumulados e base negativa nos montantes de R\$ 68.919 e R\$ 41.027 respectivamente R\$ 64.844 e R\$ 36.952 em 2008. O imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e outras diferenças temporariamente indedutíveis não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras em virtude dos prejuízos acumulados incorridos nos últimos anos pelo IPT.

12. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	2009	2008
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	4.317	3.695
Secretaria de Desenvolvimento do Estado de São Paulo	216	600
Petrobrás	2.336	1.245
Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT	17	503
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	6.895	-
Motorola Industrial Ltda.	-	591
Outros	2.616	2.705
	16.397	9.339

Os adiantamentos efetuados pela agência de fomento FINEP, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Secretaria de Desenvolvimento do Estado de São Paulo, MCT, Petrobrás, representam obrigações do IPT perante os créditos vinculados disponibilizados para execução de projetos específicos classificados na rubrica "Créditos vinculados".

13. PARCELAMENTOS FISCAIS
a) Parcelamento de contribuições previdenciárias

	2009	2008
PAES - INSS	-	12.807
Parcelamento - Lei nº 11.941/09	11.907	-
	11.907	12.807
Circulante	(1.142)	(1.348)
Não Circulante	10.765	11.459

Em 19 de novembro de 2009, a Administração aderiu ao parcelamento de tributos e contribuições federais instituído pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, que dispõe sobre o pagamento e o parcelamento de débitos em até 180 meses (15 anos) com reduções que variam de 20% a 100% da multa de mora e ofício, multas isoladas, juros de mora e encargo legal, de acordo com o prazo e modalidade de parcelamento vigente, com benefício de utilização dos prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social sobre o lucro. Nesta mesma data o IPT requereu a desistência do Parcelamento Especial - PAES.

b) Parcelamento de tributos municipais

Em 25 de junho de 2009, a Administração aderiu ao parcelamento de tributos municipais instituído pela Lei nº 14.129 de 11 de janeiro de 2006, que dispõe sobre o pagamento e o parcelamento de débitos em até 120 meses (10 anos) com reduções de 50% e 75% da multa e de 100% dos juros de mora, de acordo com a forma de pagamento.

O parcelamento foi efetuado em 120 meses através do Programa de Parcelamento Incentivado - PPI - para ISS e IPTU referente dívidas constituídas até o exercício de 2004. O valor de cada prestação será acrescido de juros correspondentes à variação da taxa SELIC.

O IPT ainda aderiu ao novo parcelamento do ISS em 99 meses para os débitos dos exercícios de 2005 e 2006.

Os débitos que compõem o saldo do parcelamento estão demonstrados como segue:

14. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

O IPT é parte em ações judiciais e processos perante vários tribunais de naturezas trabalhistas, civis e tributárias decorrente do curso normal de seus negócios.

As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a avaliação da probabilidade de perda pelos assessores jurídicos e quando necessário, foram efetuados depósitos judiciais.

A administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais conforme apresentado a seguir:

a) Composição

	2009	2008
Tributários	3.364	21.549
Cíveis	2.623	1.414
Trabalhistas	3.999	2.682
	9.986	25.645

Composição das Prov. Tributárias

	2009	2008
ISS - auto de infração	-	7.468
Outros (b)	3.364	7.180
ISS - execução fiscal	-	1.900
IPTU - execução fiscal	-	5.001
	3.364	21.549

b) Movimentação

	Tributários	Cíveis(b)	Trabalhistas(b)	Total
Saldo em 01 de janeiro	21.549	1.414	2.682	25.645
Juros provisionados	548	-	-	548
Constituição	1.283	162	3.024	4.469
Transferências:				
• Parcelamentos (a)	(10.941)	-	-	(10.941)
• Processos cíveis	(1.065)	1.065	-	-
• Provisão para IPTU (c)	(6.279)	-	-	(6.279)
Reversão de provisões	(528)	-	-	(528)
Pagamento	(1.203)	(18)	(1.707)	(2.928)
Saldo em 31 de dezembro	3.364	2.623	3.999	9.986

(a) Conforme detalhado na Nota Explicativa nº 13b, o IPT aderiu ao Parcelamento instituído pela Lei nº 14.129 de 11 de janeiro de 2006.

(b) Cíveis e Trabalhistas referem-se a riscos para os quais a Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, entende ser provável o desfecho desfavorável ao IPT.

(c) Refere-se ao IPTU dos exercícios de 2005 a 2008.

15. CAPITAL SOCIAL

O Capital Social subscrito e integralizado é composto de 13.474.276.451 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os investimentos financeiros, basicamente representados por aplicações financeiras, encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2009 com valores próximos aos praticados pelo mercado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 o instituto não contratou instrumentos financeiros derivativos ou qualquer outro ativo de risco.

17. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para o exercício de 2010, foi aprovado pelo Governo do Estado de São Paulo, Dotação Orçamentária no montante de R\$ 78.770, sendo R\$ 53.770 para Custeio e R\$ 25.000 para Investimentos, conforme aprovado na Lei do Orçamento do Estado de São Paulo nº 13.916 de 22 de dezembro de 2009.

18. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2009, existe cobertura de seguros contra incêndio, raio, explosão, implosão e fumaça, sobre os prédios do Instituto, com vencimento em 10 de maio de 2010, de valor considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais sinistros.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2010.

Cokinos & Associados Audidores Independentes S/S CRC-2SP 15.753/O-0	José Luiz de Faria Contador CRC-1SP116. 868/O-8
Registro CVM nº 7.739	

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES
Ao Conselho de Administração e Diretoria do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT
São Paulo - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT, levantado em 31 de dezembro de 2009 e 2008, e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes aos exercícios findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendemos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábeis e de controles internos da Entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que

suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Entidade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT, em 31 de dezembro de 2009 e 2008, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Anteriormente, auditamos as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, sobre as quais emitimos parecer com

ressalva de limitação de escopo relacionado ao controle de imobilizado e a propriedade do terreno e edifícios pela Entidade, datado de 13 de fevereiro de 2009. O Governo do Estado de São Paulo usou o terreno e as edificações onde se encontra a sede do IPT para constituição do capital do Instituto em 1976 sem transferir a titularidade. O Instituto registrou esses bens em seu imobilizado já que é responsável pela manutenção e pagamento de IPTU, sendo na essência o proprietário. A formalização da transferência da titularidade do Estado para o IPT dependerá da conclusão formal dos processos administrativos da esfera pública.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Com base nos exames das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31/12/2009, as quais serão publicadas, os membros do Conselho Fiscal aprovam nesta data o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultados, das Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, e as Notas Explicativas, apresentando o seguinte parecer: "Os membros do Conselho Fiscal do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Balanço Patrimonial e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e fluxo de caixa, bem como suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2009,

apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 e suas alterações, e legislação tributária em vigor. Fundamentados nesse exame e na análise dos balancetes mensais, bem como no Parecer dos Auditores Independentes COKINOS & ASSOCIADOS Auditores Independentes S/C, que acompanha o presente, entendem que os referidos demonstrativos refletem adequadamente a situação patrimonial econômico-financeira do Instituto, estando em condições de serem submetidos à apreciação dos senhores Acionistas".

São Paulo, 23 de fevereiro de 2010

Carlos Alberto Fachini Conselheiro
Carlos Eduardo Esposel Conselheiro
Luiz Carlos Kal I. Machado Conselheiro
Rubens Lopes Sanches Conselheiro
Túlio Kahn Conselheiro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
GERALDO ALCKMIN
Presidente

MEMBROS
CARLOS HENRIQUE FLORY
FERNANDO PADULA NOVAES
GERALDO BIASOTO JUNIOR
GUILHERME BUENO DE CAMARGO
JOÃO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA
LUCIANO SANTOS TAVARES DE ALMEIDA
RONALDO BIANCHI
SÉRGIO TIEZZI JUNIOR
VAHAN AGOPYAN
DIRETORIA
JOÃO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA
Diretor Presidente

ALTAMIRO FRANCISCO DA SILVA
Diretor Financeiro e Administrativo
ÁLVARO JOSÉ ABACKERLI
Diretor de Operações e Negócios

FERNANDO JOSÉ GOMES LANDGRAF
Diretor de Inovação
WALTER FURLAN
Diretor de Processos e Tecnologia da Informação

FRANCISCO SOUTO OUTEDA
Contador
CRC 1SP154222/O-1

JOÃO OSWALDO NATALE
Coordenadoria de Contabilidade e Finanças
CT-CRC 1SP177996/O-4